



339

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD/UPA Nº 06 /2024

SECRETARIA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE		
E-MAIL:	marcelosecsaude@yahoo.com	TELEFONE: (31) 3764-9892	

OBJETO: A Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, com o compromisso de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população lafaietense, apresenta este Documento de Formalização da Demanda (DFD) para a Dispensa de Licitação referente ao Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde realizados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO: O presente **Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h)** do município de Conselheiro Lafaiete será firmado com a **Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba (ICISMEP)**, um consórcio público de direito público, constituído nos termos da **Lei nº 11.107/2005** e regulamentado pelo **Decreto nº 6.017/2007**.

O ICISMEP foi formalizado por meio de um Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios consorciados, visando à consolidação do **federalismo cooperativo**, conforme disposto no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal. Com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Interfederativa, o consórcio desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos de saúde, especialmente no atendimento de média complexidade.

Essa estrutura consorciada surgiu como resposta à incapacidade dos municípios, de forma isolada, em atender às crescentes demandas de saúde de seus cidadãos, particularmente no âmbito da **atenção secundária à saúde**. Ao somar esforços, o ICISMEP se tornou um importante instrumento de fortalecimento regional, promovendo a cooperação entre municípios e oferecendo uma solução eficaz e eficiente para problemas comuns.

Motivações e Fundamentação para a Contratação

A prestação de serviços de gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, em parceria com o ICISMEP, justifica-se pelos seguintes pontos:

- Princípios do SUS:**
 - ✓ Universalidade, integralidade, igualdade e equidade, conforme os pilares nacionais de assistência à saúde.
- Políticas de Saúde Estadual e Nacional:**
 - ✓ Alinhamento com as diretrizes de atenção à saúde definidas pelos níveis estadual e federal.
- Reorganização do Sistema Municipal de Saúde:**
 - ✓ Foco na atenção secundária, promovendo a integração da rede de referência e contrarreferência.

A **Atenção Secundária**, porta de entrada essencial do SUS e centro de articulação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), deve atender aos princípios de universalidade, acessibilidade, continuidade, integralidade, humanização e equidade. Ela engloba ações voltadas à promoção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, com impacto direto na qualidade de vida das coletividades.

Objetivos e Benefícios da Parceria

O município de Conselheiro Lafaiete busca, por meio dessa parceria, fortalecer a **Rede de Atenção à Saúde (RAS)**, especialmente no campo da atenção secundária, alinhando-se à realidade local e proporcionando aos profissionais:

- ✓ Procedimentos mais adequados de intervenção e abordagens terapêuticas;
- ✓ Escuta qualificada para melhor compreensão dos problemas de saúde;
- ✓ Discussão intersetorial e interdisciplinar para uma assistência mais completa e humanizada.

Dessa forma, a parceria com o ICISMEP assegura o alinhamento às diretrizes da **Política Nacional de Atenção Secundária**, garantindo a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à população lafaietense.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO A SER CONTRATADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde realizados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).	MESES	12	R\$ 1.927.013,81	R\$ 23.124.165,72
2	Estimativa de saldos e parcela única	1	PARCELA ÚNICA	R\$ 224.700,00	R\$ 224.700,00
					R\$ 23.348.865,72

PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DO FORNECIMENTO: IMEDIATA

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

BAIXA ()	MÉDIA ()	ALTA (X)
-------------	-------------	------------




PERIODICIDADE

() PARCELA ÚNICA

(X) PARCELA MENSAL

RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

() NÃO

(X) SIM. Especificar: **Na área de gestão:**

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento da Unidade que é objeto do CONTRATO DE PROGRAMA, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;
- b) Manter a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do CONTRATO DE PROGRAMA, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a CONTRATANTE;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente CONTRATO DE PROGRAMA;
- h) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, implementando-os;
- i) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- j) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete;
- k) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

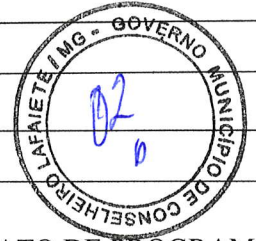
Na área de Assistencial:

Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na Unidade objeto do contrato e garantir:

- A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
 - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para a unidade objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS).
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

Na execução do serviço:

- a) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços;
- c) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmite, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;



Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page.

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

The history of the United States is a story of growth and change. It begins with the first settlers, who came to the Americas in search of a new life. They found a land of opportunity, but also one of hardship. The early years were marked by struggle and sacrifice, as the settlers fought to establish a new society. Over time, the United States grew from a small colony into a powerful nation. It faced many challenges, including war and economic hardship, but it always emerged stronger. The story of the United States is a testament to the power of the human spirit and the ability of a people to overcome adversity. It is a story of hope and dreams, of a land where everyone has a chance to make their own future.

The United States has a rich and diverse history. It is a land of many cultures and traditions, each contributing to the unique character of the nation. The story of the United States is a story of unity and diversity, of a people who have come together to create a better life for themselves and for future generations. It is a story of progress and innovation, of a nation that has always been at the forefront of change. The history of the United States is a story of resilience and strength, of a people who have always been able to overcome the odds. It is a story of a nation that has always been a beacon of hope and freedom for the world.

The United States is a land of opportunity and possibility. It is a land where dreams can come true and where everyone has a chance to make their mark. The history of the United States is a story of a nation that has always been a land of hope and possibility. It is a story of a nation that has always been a land of opportunity and possibility. The history of the United States is a story of a nation that has always been a land of hope and possibility. It is a story of a nation that has always been a land of opportunity and possibility.

d) Desenvolver ações para capacitações, cursos e/ou atualizações para os profissionais atuantes na unidade objeto deste Contrato de Programa;

e) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço;

f) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente CONTRATO DE PROGRAMA, exceto de adequação física e estrutural da unidade;

g) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);

h) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, à CONTRATANTE e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;

i) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:

- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;

Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;

- Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no CONTRATO DE PROGRAMA;

- Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;

- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

- Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;

- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;

- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

j) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios da CONTRATANTE, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;

k) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste instrumento;

l) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;

m) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores CONTRATADOS, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da CONTRATADA, quando permitido;

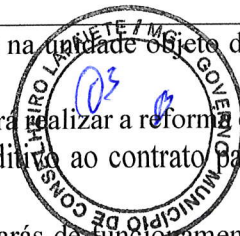
n) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

o) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

p) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;

q) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à CONTRATADA o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;

r) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- s) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gestão de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- t) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que se for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- u) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.

Na melhoria do serviço:

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da CONTRATANTE;
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela CONTRATADA, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do CONTRATANTE;
- e) Comunicar, ao CONTRATANTE e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo CONTRATANTE, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- g) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pela CONTRATANTE, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no CONTRATO DE PROGRAMA e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE

() NÃO

(X) SIM. Especificar: AS OBRIGAÇÕES SÃO AS CONSTATE NO TR.

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Rua vereador Alfredo Mafuz nº 525, Bairro Tamareiras, Conselheiro Lafaiete - MG

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

O Estudo Técnico Preliminar em anexo.

JUSTIFICAR EM CASO DE DISPENSA:

O art. 75, XI, da Lei 14.133/2021 dispõe o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

No caso objeto desta contratação, a necessidade dos serviços encontra-se justificada no neste ETP. Além disso, foram analisadas as soluções disponíveis no mercado e restou demonstrada a vantajosidade da celebração do contrato de programa. Por fim, a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete analisou detalhadamente nas comissões e plenários, ouvindo especialistas, servidores e usuários do serviço público de saúde, e, após votação em plenário, aprovou a celebração do contrato de programa, conforme Lei Municipal nº 6.395, de 11 de dezembro de 2024.

Portanto, uma vez sendo possível a celebração de contrato de programa com consórcios públicos e, nos termos do art. 75, XI, da Lei 14.133/2021 e demonstrada que esta é a melhor solução para os interesses do município, mostra-se justificada a celebração de contrato de programa para a execução dos serviços objeto deste ETP.

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 3, 1862. It is a very important document, as it contains the President's views on the state of the Union and the progress of the war. The President discusses the military situation, the economy, and the political climate. He also mentions the recent death of General Grant and the appointment of General Sherman.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the War Department, dated January 10, 1862. It provides a detailed account of the military operations of the Army of the Potomac. The report includes information on the movements of the army, the results of the battles, and the condition of the troops. It also mentions the capture of Fort Fisher and the destruction of the Confederate fleet.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 15, 1862. It provides a detailed account of the operations of the Navy. The report includes information on the movements of the fleet, the results of the battles, and the condition of the ships. It also mentions the capture of the Confederate ship, the *Albatross*, and the destruction of the Confederate fleet.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 20, 1862. It provides a detailed account of the operations of the Department of the Interior. The report includes information on the management of the public lands, the progress of the surveying work, and the condition of the Indian tribes. It also mentions the discovery of gold in California and the establishment of the new Territory of Nevada.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 25, 1862. It provides a detailed account of the operations of the Department of the Treasury. The report includes information on the management of the public debt, the progress of the currency reform, and the condition of the Treasury. It also mentions the establishment of the new Treasury Department and the appointment of the new Secretary.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

26.001.10.302.8.2038.3.3.93.39.00.00.00 Ficha: 836 Fonte: 1.500.000.1002

26.001.10.302.8.2040.3.3.93.39.00.00.00 Ficha: 828 Fonte: 2.621.000.0000



RECURSO FEDERAL

() SIM (X) NÃO

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

R\$ 23.348.865,72 (Vinte e três milhões trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Diretora do Departamento da Urgência e Emergência: Marcelo Barbosa

Responsável pela elaboração do DFD: Marcelo Barbosa

Assinatura

Gestor: Lyziane de Andrade Neto Amorim

Assinatura

Fiscal: Marcelo Barbosa

Assinatura

Marcelo Barbosa

Diretora do Departamento de Urgência e Emergência

Lyziane de Andrade Neto Amorim

Secretária Adjunta Municipal

Conselheiro Lafaiete 12 de dezembro de 2024.

THEORY OF THE EARTH

CHAPTER I

OF THE ORIGIN AND DEVELOPMENT OF THE EARTH

SECTION I

THE EARTH AS A BODY

OF THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

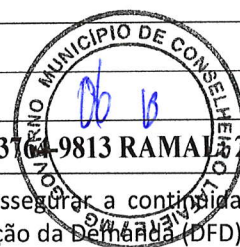
THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

THE EARTH AS A BODY

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO		
SECRETARIA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE	
E-MAIL:	<u>marcelosecsaude@yahoo.com</u>	TELEFONE: (31) 3164-9813 RAMAL 2091



OBJETO: A Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, com o compromisso de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população lafaietense, apresenta este Documento de Formalização da Demanda (DFD) para a Dispensa de Licitação referente ao Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde realizados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO: O presente Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do município de Conselheiro Lafaiete será firmado com a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba (ICISMEP), um consórcio público de direito público, constituído nos termos da Lei nº 11.107/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 6.017/2007. O ICISMEP foi formalizado por meio de um Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios consorciados, visando à consolidação do federalismo cooperativo, conforme disposto no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal. Com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Interfederativa, o consórcio desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos de saúde, especialmente no atendimento de média complexidade.

Essa estrutura consorciada surgiu como resposta à incapacidade dos municípios, de forma isolada, em atender às crescentes demandas de saúde de seus cidadãos, particularmente no âmbito da atenção secundária à saúde. Ao somar esforços, o ICISMEP se tornou um importante instrumento de fortalecimento regional, promovendo a cooperação entre municípios e oferecendo uma solução eficaz e eficiente para problemas comuns.

Motivações e Fundamentação para a Contratação

A prestação de serviços de gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, em parceria com o ICISMEP, justifica-se pelos seguintes pontos:

1. Princípios do SUS:

Universalidade, integralidade, igualdade e equidade, conforme os pilares nacionais de assistência à saúde.

2. Políticas de Saúde Estadual e Nacional:

Alinhamento com as diretrizes de atenção à saúde definidas pelos níveis estadual e federal.

3. Reorganização do Sistema Municipal de Saúde:

Foco na atenção secundária, promovendo a integração da rede de referência e contrarreferência.

A Atenção Secundária, porta de entrada essencial do SUS e centro de articulação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), deve atender aos princípios de universalidade, acessibilidade, continuidade, integralidade, humanização e equidade. Ela engloba ações voltadas à promoção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, com impacto direto na qualidade de vida das coletividades.

Objetivos e Benefícios da Parceria

O município de Conselheiro Lafaiete busca, por meio dessa parceria, fortalecer a Rede de Atenção à Saúde (RAS), especialmente no campo da atenção secundária, alinhando-se à realidade local e proporcionando aos profissionais:

- ☐ Procedimentos mais adequados de intervenção e abordagens terapêuticas;
- ☐ Escuta qualificada para melhor compreensão dos problemas de saúde;
- ☐ Discussão intersetorial e interdisciplinar para uma assistência mais completa e humanizada.

Dessa forma, a parceria com o ICISMEP assegura o alinhamento às diretrizes da Política Nacional de Atenção Secundária, garantindo a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à população lafaietense.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Estimativa de valor do Contrato de Programa para Gerenciamento Compartilhado, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde realizados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).	MESES	12	R\$ 1.927.013,81	R\$ 23.124.165,72
2	Estimativa de saldos e parcela única	1	PARCELA ÚNICA	R\$ 224.700,00	R\$ 224.700,00
					R\$ 23.348.865,72

DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Gestor: Janice Batista Oliveira

Fiscal: Marcelo Barbosa

PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DO FORNECIMENTO: IMEDIATA



DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da natureza dos serviços

Contratação fundamentada nos pressupostos do art. 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021, Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005 e seu decreto regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, na Lei Municipal nº 6.327, de 19 de junho de 2024 e Lei Municipal nº 6.395 de 09 de dezembro de 2024.

Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos: Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, com destaque:

- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- observação das normas do INMETRO;
- racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- fornecer e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a contratação na forma descrita nesse estudo. Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade do Município de Conselheiro Lafaiete. Na oportunidade, constatamos que o modelo adotado para esta contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública. Salienta-se ainda que este é o modelo atual adotado neste Município, atendendo perfeitamente as necessidades da administração.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

Diante da natureza e das peculiaridades do objeto não haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto desta contratação, será licitado de forma GLOBAL, nos termos do §3º, incisos I e II do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, por conta da interdependência dos serviços, causando desta forma uma espécie de "unidade no todo". O desmembramento do objeto, nesse sentido, foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica. Caso fossem contratadas duas empresas, haveria uma significativa dificuldade em determinar a responsabilidade em caso de falhas na execução do serviço, podendo comprometer a adoção das providências cabíveis.

Ademais, impende ressaltar que ter uma única empresa responsável pelo objeto, torna o controle de fiscalização do objeto licitado muito mais eficaz por parte da contratante, melhora e facilita o acompanhamento de problemas e soluções, e sobretudo na verificação das obrigações e atribuições da contratada, reduzindo os riscos de falhas e insucesso.

Ainda, corroborando a contratação por agrupamento de itens, ressalta-se a viabilidade da metodologia pleiteada e a disponibilidade de empresas para execução do objeto, ao passo que essa é a forma mais usual de contratação no mercado.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

Contratar os itens descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades dos órgãos demandantes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação.

The second part of the document focuses on the internal controls and procedures that are in place to prevent fraud and ensure the accuracy of the financial statements. It describes the various checks and balances that are implemented throughout the organization to minimize the risk of errors and misstatements.

The third part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial information to management and the board of directors. It emphasizes the importance of timely and accurate reporting and the need for clear communication between the accounting department and other departments within the organization.

The fourth part of the document discusses the role of the accounting department in managing the company's cash flow and ensuring that there is sufficient liquidity to meet the company's obligations. It also discusses the importance of budgeting and forecasting in financial management.

The fifth part of the document discusses the role of the accounting department in ensuring compliance with applicable laws and regulations. It highlights the importance of staying up-to-date on changes in the regulatory environment and the need for proper documentation and record-keeping.

The sixth part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial information to external stakeholders, such as investors and creditors. It emphasizes the importance of transparency and the need for accurate and reliable financial data to support the company's financial statements and other disclosures.

The seventh part of the document discusses the role of the accounting department in managing the company's tax obligations and ensuring that the company is in compliance with applicable tax laws. It also discusses the importance of proper record-keeping and documentation for tax purposes.

The eighth part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial information to the public and the media. It emphasizes the importance of transparency and the need for accurate and reliable financial data to support the company's financial statements and other disclosures.

The ninth part of the document discusses the role of the accounting department in managing the company's financial risk and ensuring that the company is able to withstand potential financial shocks. It also discusses the importance of proper record-keeping and documentation for risk management purposes.

The tenth part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial information to the company's employees and the public. It emphasizes the importance of transparency and the need for accurate and reliable financial data to support the company's financial statements and other disclosures.

The eleventh part of the document discusses the role of the accounting department in managing the company's financial performance and ensuring that the company is able to achieve its financial goals. It also discusses the importance of proper record-keeping and documentation for performance management purposes.

The twelfth part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial information to the company's board of directors and the public. It emphasizes the importance of transparency and the need for accurate and reliable financial data to support the company's financial statements and other disclosures.

The thirteenth part of the document discusses the role of the accounting department in managing the company's financial risk and ensuring that the company is able to withstand potential financial shocks. It also discusses the importance of proper record-keeping and documentation for risk management purposes.



DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaro(amos) viável esta contratação.

Justificativa da Viabilidade

Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento o ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

Marcelo Barbosa
Gerente da Rede de Urgência e Emergência

Lyziane de Andrade Neto Amorim
Secretária Adjunta Municipal

Conselheiro Lafaete 12 de setembro de 2024.



Termo de Designação de Fiscal e Gestor

A Secretaria Municipal de Saúde, vem por meio do presente Termo, designar para a função de Fiscal de Contrato Administrativo o servidor **MARCELO BARBOSA** e para Gestora de Contrato Administrativo a servidora **LYSIANE DE ANDRADE NETO AMORIM**, no Processo Licitatório cujo objeto é: **"Gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento no município de Conselheiro Lafaiete"** e declara ter dado conhecimento das atribuições e responsabilidades vinculadas à função, conforme declaração que segue:

- ✓ Eu, **MARCELO BARBOSA**, servidor público municipal em exercício no cargo de Diretor de Urgência e Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG.

DECLARO, para fins de comprovação, que estou ciente de minha designação para o exercício da atividade de fiscal do(s) contrato(s) e ou Ata(s) de Registros de Preço(s), frutos do Processo Licitatório que será iniciado através do Documento de Formalização de Demanda nº 006/UPA/2024, ciente das seguintes obrigações.

- ✓ Eu, **LYSIANE DE ANDRADE NETO AMORIM**, servidora pública municipal em exercício no cargo de Secretária Adjunta Municipal de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG.

DECLARO, para fins de comprovação, que estou ciente de minha designação para o exercício da atividade de gestora do(s) contrato(s) e ou Ata(s) de Registros de Preço(s), frutos do Processo Licitatório que será iniciado através do Documento de Formalização de Demanda nº 006/UPA/2024, ciente das seguintes obrigações.

1. ENQUANTO FISCAL:

- 1.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos ou a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.
- 1.2. Realizar a verificação da manutenção de condições de habilitação do contratado/fornecedor, solicitando documentos **de Regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (CND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal da sede da Contratada, bem como eventual documentação de qualificação técnica para realização dos pagamentos.**
- 1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, quanto a qualquer ocorrência ou anormalidades identificadas durante a execução do contrato/ata, dando-lhe prazo para correção.

2. ENQUANTO GESTORA

- 2.1. Realizar a gestão do contrato/ata, ficando responsável por verificar as condições de prazo de vigência, saldo contratual ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.
- 2.2. Solicitar, quando necessário, os devidos aditamentos contratuais, notadamente de prazo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE



2.3. Verificar a existência de saldo orçamentário e financeiro para realização das despesas, solicitando eventuais apostilamentos, quando necessária alteração da dotação orçamentária, antes da autorização de realização da despesa.

2.4. Providenciar devidos empenhos prévios à autorização da despesa.

Constitui parte indissociável deste Termo de Designação, além das disposições constantes, naquilo que couber a Lei 14.133/2021 bem como o ofício circular nº 59/2024/PM/PMCL, o qual apresenta informações e instruções sobre as formalidades quando da designação de pessoal para atuação nos contratos administrativos celebrados pelo Município de Conselheiro Lafaiete.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Conselheiro Lafaiete/MG, 12 de dezembro de 2024.

LYSIANE DE ANDRADE NETO AMORIM

Gestora do Contrato

MARCELO BARBOSA

Fiscal do Contrato

JANICE BATISTA OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO
GABINETE DO PREFEITO



LEI MUNICIPAL Nº 6.327, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

**DISCIPLINA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE CONSELHEIRO LAFAIETE-MG NO
CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO
PARAOPEBA - ICISMEP, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei disciplina, nos termos do art. 5º, § 4º, da Lei Federal nº 11.107/2005, o ingresso e participação do Município de Conselheiro Lafaiete-MG no Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, CNPJ nº 05.802.877/0001-10, visando à realização de objetivos de interesse comum com outros entes da Federação.

Art. 2º - Para a consecução do estabelecido no art. 1º desta Lei, o chefe do Poder Executivo fica autorizado a formalizar intenção de consorciamento perante a Assembleia Geral do Consórcio referenciado no art. 1º e, se aceita, também autorizado a assinar o Contrato de Consórcio Público ou seu aditivo para formalizar seu ingresso como ente consorciado.

Art. 3º - A autorização contida nesta Lei disciplinadora não dispensa a ratificação do documento constitutivo do ICISMEP.

§1º - Após a efetivação do ingresso no Consórcio indicado, o Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal o Contrato de Consórcio Público vigente, para acompanhamento e fiscalização deste.

§ 2º - O Protocolo de Intenções deverá conter todos os requisitos exigidos no art. 4º da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 4º - O consorciamento do Município poderá se dar em área temática específica ou na totalidade das áreas temáticas de atuação do ICISMEP, observadas as competências e os limites constitucionais a ele atribuídos.

§1º - Somente serão realizadas compras de serviços não ofertados pelo Município, através do Consórcio, com o intuito de atender as demandas da população as quais o Município não possui capacidade resolutiva e de forma célere, diminuindo filas de espera de consultas, procedimentos cirúrgicos e exames de média e alta complexidade, bem como entrega de novos serviços à população.

§2º - Caberá a Câmara Municipal aprovar mediante Lei a adesão aos Contratos de Programa e aos Contratos de Prestação de Serviços que o Município quiser contratar junto ao Consórcio.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá consignar, em suas peças orçamentárias, dotações para atender as despesas assumidas junto ao Consórcio.

§1º - A formalização de Contrato de Rateio se dará em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE GABINETE DO PREFEITO

contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§2º - É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de Contrato de Rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado, ainda, a contratualizar com o Consórcio os serviços necessários e ofertados, dispensada a licitação, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei Federal nº 11.107/2005 e do art. 18 do Decreto Regulamentador nº 6.017/2007.

Parágrafo único - O Contrato de prestação de serviços e/ou fornecimento de bens indicado no caput deste artigo deverá ser celebrado preferencialmente, sempre quando o Consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

Art. 7º - A contratação de empregados para o consórcio deverá se dar mediante concurso público, ressalvados os casos legalmente previstos no ordenamento pátrio.

Parágrafo único - As alterações no quadro geral de empregos públicos, empregos comissionados e funções de confiança do consórcio, deverão ser efetivados por deliberação da Assembleia Geral, sempre por maioria absoluta e seguidas das publicações devidas.

Art. 8º - Efetivado o consorciamento, a Associação Pública em que se constitui o ICISMEP integrará a administração pública indireta, nos exatos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Regulamentador nº 6.017/07.

Art. 9º - A retirada do Município do Consórcio por ato do Chefe do Poder Executivo dependerá de disciplinamento por Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS
DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2024.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 6.395 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE
CONSELHEIRO LAFAIETE A REALIZAR
CONTRATAÇÃO DOS PROGRAMAS DO
CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO
MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Conselheiro Lafaiete autorizado a realizar a contratação dos serviços do consórcio público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, CNPJ nº 05.802.877/0001-10, visando a realização de objetivos de interesse comum com outros entes da Federação.

Parágrafo único: Os programas a serem contratados referem-se à prestação de serviços gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento- UPA 24 horas no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º - O prazo de vigência do termo de que trata esta Lei será de 12 (doze) meses.

Parágrafo único: Fica autorizada a sua prorrogação nos termos da Lei 14.133/21, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos no SUS/ Conselheiro Lafaiete.

Art. 3º - Para as hipóteses de prorrogações, fica autorizada a correção dos valores estimados para despesas indiretas no exercício anterior até o limite da variação do INPC/IPCA – IBGE.

Art. 4º - A prestação dos serviços envolverá transferência de recursos, sendo o objeto cumprido em prestação de serviços.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá consignar, em suas peças orçamentárias, dotações para atender as despesas assumidas com o Consórcio.

Art. 6º - Trimestralmente o Instituto se obriga a apresentar ao Município comprovação dos gastos decorrentes dos repasses.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS
NOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2024.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral

**PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – CONTRATO DE PROGRAMA
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**

**GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE
CONSELHEIRO LAFAIETE.**



APRESENTAÇÃO

O Consórcio Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP é um Consórcio Público de Direito Público, constituída na forma de Associação Pública, de natureza AUTÁRQUICA interfederativa e integrante da Administração Indireta de todos os municípios a ela consorciados.

Por força do entendimento encampado no parágrafo único do art. 23 e no art. 241 da Carta Magna, o ICISMEP se consubstancia em instrumento cooperativo e, dada sua personificação jurídica de natureza autárquica, também de ferramenta de descentralização.

A modelagem de atuação ou execução dos serviços via consórcio ICISMEP se mostra vantajosa, visto que o mesmo aglutina as demandas com identidade entre si - estas recepcionadas pelos municípios consorciados e/ou ente não consorciado interessados - para ir ao mercado buscar o objeto com a escala ideal e com maior poder de negociação.

O consórcio ICISMEP atua em diversas frentes da consecução de objetivos dos seus municípios consorciados e, na área da saúde, integra o conjunto de ações e serviços públicos que constitui o Sistema Único de Saúde – SUS, operando no desenvolvimento, regulação, execução ou gerenciamento de planos, projetos, atividades e serviços públicos e no contexto da regionalização, da programação pactuada e integrada, da otimização dos recursos e da priorização de utilização dos mesmos de acordo com a estratificação de riscos e as necessidades locais, buscando possibilitar, por meio da cooperação interfederativa, a instalação, implementação, oferta, gerenciamento e/ou execução de políticas ou serviços públicos de saúde nos municípios e na região; a supressão das demandas represadas, bem como a insuficiência ou ausência de oferta de serviços e/ou ações de saúde nos entes federados consorciados, caracterizados como vazios assistenciais, de acordo com o perfil sócio demográfico, epidemiológico regional.

Os municípios têm demandas na área de saúde cuja vazão, desde a Lei Orgânica do SUS, aponta para a solução consorciada (vide art. 10 da Lei 8.080/1990), o que mais tarde ganhou status constitucional com a redação do art. 214 da Carta Magna e cujo marco legal se consolidou na Lei Federal 11.107/05. Atualmente é celebrado entre os entes municípios e ICISMEP, Contratos de Programa para o Gerenciamento de unidades de Estratégia de Saúde da Família, Gerenciamento do Centro de Especialidades Médicas, Gerenciamento de Unidades de Pronto Atendimento – UPA



24h, Gerenciamento de Serviços Laboratoriais de Análises Clínicas e Serviço de Regulação Médica, parceria esta firmada com resultados positivos no se refere alcance de metas dos indicadores de saúde, podendo ser observados no banco de informação do Ministério da Saúde. Sendo ainda importante mencionar a melhoria na qualidade da assistência prestada aos pacientes, satisfação dos usuários observada por pesquisas realizadas nas unidades de saúde abrangidas pelos contratos de programa vigentes, cobertura de escala profissional médico, quadro de recursos humanos completo, educação permanente com os profissionais entre outros.

Outra vantagem na celebração do contrato de programa, além de melhoria na assistência frente à série histórica dos dados de informação de saúde comparada com os dados atuais dos municípios com serviço gerenciados pelo Consórcio, permite ao gestor de saúde dedicar mais tempo as estratégias de gestão buscando sempre melhorias para a saúde dos usuários no aspecto resolutivo das demandas assistenciais.

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Contratante Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/Secretaria Municipal de Saúde				CNPJ 19.718.360/0001-51	
Endereço Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 - Centro					
Cidade Conselheiro Lafaiete	UF MG	CEP 36.400-026	DDD/Telefone (31) 3764-9800	E-mail	
Nome do Responsável Janice Batista de Oliveira				CPF	
Cl/Órgão Exp.	Cargo Secretária Municipal de Saúde		Função Secretária Municipal de Saúde	Matrícula	
Endereço Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro				CEP 36.400-026	
Esfera Administrativa ☒ Prefeitura Municipal ☐ Órgão Federal ☐ Outros ☐ Órgão Estadual ☐ Organização Não-Governamental					

Órgão/Entidade Contratado Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP			CNPJ 05.802.877/0001-10	
Endereço Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas				
Cidade São Joaquim de Bicas	UF MG	CEP 32.920-000	DDD/Telefone (31) 2571-3026	E-mail secretariaexecutiva@icismep.mg.gov.br
Conta Corrente 119563-8	Banco Banco do Brasil	Agência 3895-4	Praça de Pagamento Betim	
Nome do Responsável Eustáquio da Abadia Amaral			CPF 055.506.886-20	
Cl/Órgão Exp.	Cargo Diretor Institucional	Função Diretor Institucional	Matrícula 1199	
Endereço Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas – São Joaquim de Bicas			CEP 32.920-000	
Esfera Administrativa ☐ Prefeitura Municipal ☐ Órgão Federal ☒ Consórcio Público ☐ Órgão Estadual ☐ Organização Não-Governamental				

2- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Contrato de Programa para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24hs no município de Conselheiro Lafaiete.	Período de Execução	
	01/11/2024	31/10/2025
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento no município de Conselheiro Lafaiete.		
DETALHAMENTO DO OBJETO Prestação de serviço compreendido em gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, do município de Conselheiro Lafaiete/MG. O serviço será executado em unidade própria do município, cedida para a prestação do serviço proposto na forma de gestão associada com o município de Conselheiro Lafaiete, na modalidade de Contrato de Programa, com atendimento de média complexidade, na atenção secundária da Rede de Atenção à Saúde, em conformidade com as normativas do Ministério da Saúde - MS, da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, obedecendo as disposições do Sistema Único de Saúde – SUS. Para a execução do gerenciamento da UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, esta previsto equipe médica, equipe de enfermagem, equipe administrativa e demais necessárias aos atendimentos aos usuários do SUS de Conselheiro Lafaiete, bem como insumos e demais serviços necessários para garantir a prestação de serviço de forma adequada e satisfatória. A equipe deverá ser responsável pelo usuário a partir de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento acolhedor e respeitoso, como modelo de atenção que contemple um conjunto de dispositivos de cuidados que garanta a segurança do paciente. Serão realizados atendimentos de urgência e emergência compreendidos em acolhimento, classificação de risco, procedimentos médicos e de enfermagem: investigação diagnóstica, tratamento e processos assistenciais de enfermagem e ainda serviço de apoio e diagnóstico, bem como os insumos necessários para a prestação dos serviços. A execução do serviço proposto será realizado em conformidade com o plano de trabalho e seu detalhamento exposto nos anexos deste instrumento. Os benefícios pertinentes a este modelo de serviço referem-se à melhoria na oferta dos serviços aos usuários, resolução dos problemas enfrentados pelo município no âmbito do gerenciamento de estabelecimentos de saúde e à integralidade do funcionamento destes sem interrupções motivadas por falta de profissionais especializados, pois a Contratada ficará integralmente responsável pelo gerenciamento de serviço, e por parte da mão de obra necessária no município e suas reposições.		
Responsáveis Técnico pelo Município de Conselheiro Lafaiete Janice, Lysiane e Marcelo		

Endereço Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro	DDD/Telefone (31) 3764-9800	E-mail
Autenticação Data: 22/10/2024 Assinatura:		
Responsável Técnico pelo Consórcio ICISMEP Miriam Freitas Nogueira Anastácio		
Endereço Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas – São Joaquim de Bicas	DDD/Telefone (31) 2571-3026	E-mail miriam.anastacio@icismep.mg.gov.br
Autenticação Data: 22/10/2024  Assinatura: Miriam Freitas Nogueira Anastácio Gestão em Saúde		

3 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O processo de saúde teve inúmeros momentos significativos na história, dentre os quais cita-se: “Reforma Sanitária”, “VIII Conferência Nacional de Saúde”, Consolidação do “Artigo 196 da Constituição de 1988”, “Implementação do Sistema Único de Saúde” (SUS).

Tais medidas visavam melhorar as condições de saúde da população e efetuar um processo de descentralização sendo amparado pelas leis: “Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990” e “Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990”, que consistem em uma normatização complementar a proposta constitucional.

Nesse sentido surge e atua a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba, ICISMEP. Um Consórcio Público, de Direito Público, nos termos da Lei nº 11.107/05 e de seu Decreto Regulamentador nº 6.017/07, tendo sido constituída por meio do Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios que desejaram se consorciar e consolidar o federalismo cooperativo estatuído no parágrafo único, do art. 23, de nossa Constituição.

Com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, o ICISMEP se revela em um importante instrumento no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos, tendo surgido da necessidade de um determinado grupo de municípios, em oferecer à população acesso ao atendimento em saúde de média complexidade, com qualidade e eficiência, pois isoladamente os municípios não conseguiam atender as demandas de saúde de seus cidadãos. Assim, a alternativa foi somar esforços na busca de alternativas para os problemas comuns, assumindo o Consórcio um papel relevante às ações dos municípios, além de se constituir como um fórum de discussão da saúde regional.

Acompanhando atentamente as demandas oriundas dos seus entes consorciados e ciente da sua capacidade institucional de ampliar seus braços de atuação, a Instituição emprega a multifinalidade de ações para atendimento em múltiplos campos, seja da saúde, assistência social, compras compartilhadas, licitações conjuntas, etc.

No arcabouço assistencial, a Instituição tem como finalidade o atendimento em grande escala, abrangendo usuários do SUS de seus municípios associados, realizando procedimentos que variam entre consultas exames e cirurgias, as quais demandam a utilização de medicamentos e equipamentos, sendo estes necessários para realização dos atendimentos em suas Unidades.

Nesse sentido, a união dos municípios em uma Instituição, resultou em melhoria da prestação de serviço e uma mudança na percepção do usuário em relação à saúde pública, pois é sabido que os CIS (Consórcios Públicos) atuam nos ditos “vazios assistenciais” e no caso específico da Instituição, em serviços de saúde que muitas vezes, em razão de insuficiência de recursos e incremento tecnológicos importam em deficiência das gestões municipais, atingindo assim, a população que necessita de serviços de saúde.

A Instituição ainda desempenha uma atividade essencial para a saúde dos municípios através da prestação de serviços médicos ambulatoriais e hospitalares prestados nas unidades dos próprios municípios, sendo possível ofertar atendimentos com demandas localizadas, propiciando o atendimento mais próximo dos cidadãos.

Como justificativa para a prestação de serviços de Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24hs no município de Conselheiro Lafaiete, deve-se considerar:

- Os princípios da universalidade, integralidade, igualdade e equidade, premissas nacionais de assistência dentro do SUS;
- As premissas estaduais e nacionais de políticas de atenção à saúde;
- A necessidade de reorganização do sistema municipal de saúde, com foco na atenção secundária

e garantia no desenvolvimento da rede de referência e contra referência.

Visando fortalecer e concretizar a política de Atenção Secundária em ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades a Atenção Secundária é uma das portas de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade, do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade.

Enfim, o município de Conselheiro Lafaiete/MG tem o propósito de buscar o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde - RAS em parceria com o Consórcio ICISMEP, com foco no gerenciamento do serviço de saúde na Atenção Secundária, alinhados com a realidade do município, afim de proporcionar aos profissionais procedimentos mais afinados de intervenção e de abordagens terapêuticas, facilitando uma escuta qualificada que permita uma melhor compreensão dos problemas, possibilitar discussão intersetorial e interdisciplinar de forma a promover subsídios para a construção de uma assistência mais completa e de melhor qualidade seguindo as diretrizes da Política Nacional de Atenção Secundária.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Fornecer Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24Hs no município de Conselheiro Lafaiete.	Contratação de serviços para Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24Hs no município de Conselheiro Lafaiete.	Garantir recursos financeiros para o Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24Hs no município de Conselheiro Lafaiete.	ano	01	01/11/2024	31/10/2025

5- PLANO DE TRABALHO / METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

5.1. DA GESTÃO DE PESSOAS

Caracterizada pela participação, capacitação, envolvimento, e desenvolvimento do bem mais precioso de uma organização que é capital humano, e a valorização. Essa valorização das pessoas e do seu profissionalismo constitui benefício para o processo produtivo, gerando grande diferencial para instituição. O modelo de gestão de pessoas a ser aplicado gera influência diretamente nos resultados a serem obtidos, em relação à missão institucional e ao pleno atendimento das necessidades do usuário.

Para obter-se estes resultados, deve-se trabalhar na formação do profissional com foco no comportamento através de premissas:

- Reconhecimento do potencial humano como o recurso estratégico mais importante para o desenvolvimento do sucesso institucional.
- Envolvimento e comprometimento de todos os funcionários e terceiros que atuam no processo de trabalho.

Para que essas premissas ocorram a Instituição deverá trabalhar com desenvolvimento das pessoas, trabalho em equipe e com gestão participativa respaldadas no seguinte princípio:

TRABALHO EM EQUIPE

- Aprimorar continuamente a qualidade e redução de custos dos processos;
- Incentivar a criatividade, flexibilidade e eficiência;
- Gestão Participativa;
- Facilitar a interação;
- Trabalhar com a autonomia das pessoas suas atividades e cooperação nas decisões com seus gestores;
- Promover aprendizagem, conhecimento e participação nas decisões e resultados de acordo com o grau de autonomia e responsabilidade.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

- Desenvolvimento responsável e ético de suas atividades;
- Capacidade de atuação baseada nos princípios da gestão empreendedora;
- Capacidade de realizações de tarefas que incorporem inovações tecnológicas;
- Capacidade de trabalhar em Rede e em equipe;
- Ser proativo;
- Conhecer a missão, visão e objetivos da Política Pública de Saúde e da Instituição.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE

- Visão Sistemática;
- Trabalho em equipe;
- Relacionamento interpessoal;
- Planejamento;

- Capacidade empreendedora;
- Capacidade de adaptação e flexibilidade;
- Criatividade e comunicação;
- Liderança;
- Iniciativa e dinamismo.

CAPTAÇÃO DE PROFISSIONAIS

- Utilizar uma estratégia contínua de captação de profissionais, através de processos seletivos periódicos ou constantes, com o objetivo de formação de cadastro de reserva sempre quando necessário sempre respeitando as características locais.
- Dispor de profissionais especializados em seu Núcleo de Recursos Humanos, que atuam como headhunters, a fim de manter sempre atualizado seu cadastro de reserva de profissionais afim de utilizá-lo sempre quando se fizer necessário.

AFERIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

- A aferição de carga horária se dará exclusivamente através de sistema de registro de ponto e/ou biometria, exceto quando houver inoperancia temporaria do sistema será admitido registro da folha de ponto.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

- Profissional habilitado ou com capacitação compatível;
- Organograma formalizado, atualizado e disponível;
- Cobertura administrativa durante todo o período de funcionamento do serviço;
- Reuniões de diretorias/gestores com periodicidade definido e registro em Atas;
- Auditoria Interna para avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Gerenciamento de contratos e avaliação desempenho dos serviços terceirizados da Contratada;
- Plano de contingência institucional em caso de necessidade (documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações de controle e combate as ocorrências anormais);
- Sistema informatizado de gestão utilizado pelo município;
- Gerenciamento de indicadores para alcance das metas pactuadas;
- Escala formalizada, atualizada e disponível;
- Protocolos médicos descritos e gerenciados;
- Procedimentos descritos em sua totalidade;
- Fluxo formalizado, compartilhado, disponível em local de fácil acesso;
- Estatísticas básicas/ gestão a vista e de apoio à gestão;
- Identificação completa dos profissionais em registros, processos;
- Gerenciamento dos indicadores;
- Responsável Técnico.

DA GESTÃO DA QUALIDADE

- Registro no conselho atualizado;
- Descrição do cargo, atribuições e perfil;
- Avaliação de desempenho trimestral;



Sede administrativa

Rua das Orquídeas, 489, B. Flor de Minas
São Joaquim de Bicas / MG - CEP 32920-000

Hospital ICISMEP 272 Joias

Rua Maurício Guimarães, 420, B. Madre Leão
Igarapé / MG - CEP 32900-000



www.icismep.org.br



(31) 2571-7200

- Estatísticas básicas: turnover, absenteísmo.

Dentre os benefícios típicos de um sistema eficaz de gestão da qualidade, estão: aumento da satisfação e lealdade dos pacientes, pois há o compromisso de que todos os seus requisitos serão atendidos; custos operacionais reduzidos pela redução dos custos com o retrabalho e com a aplicação mais eficiente dos recursos, como resultado da preferência pela prevenção em relação à correção; confiabilidade aumentada em função da melhoria do desempenho organizacional; transferência otimizada de boas práticas no âmbito interno, melhorando os processos de trabalho; melhoria da motivação e do clima organizacional, por meio do trabalho mais eficiente, focado, planejado e com a garantia de que os recursos serão disponibilizados adequadamente para não comprometer a qualidade da assistência que deve ser sempre focada na humanização e qualidade.

6- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO DA META

6.1 – Na área de gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;
- b) Manter a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, implementando-os;

- i) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- j) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete;
- k) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 – Na área de Assistencial:

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na Unidade objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
 - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para a unidade objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS).
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

6.3 – Na execução do serviço:

- a) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços;
- c) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmix, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;
- d) Desenvolver ações para capacitações, cursos e/ou atualizações para os profissionais atuantes na unidade objeto deste Contrato de Programa;
- e) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço;



- f) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias à emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;
- g) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- h) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- i) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
 - Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
 - Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
 - Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.
- j) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;
- k) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- l) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;

- m) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**, quando permitido;
- n) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- o) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- p) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- q) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- r) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- s) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- t) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- u) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo serviço – FGTS.

6.4 – Na melhoria do serviço:

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da **CONTRATANTE**;
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela **CONTRATADA**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na



estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;

- e) Comunicar, ao **CONTRATANTE** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- g) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

7- NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL. NA MELHORIA DO SERVIÇO:

Sustentabilidade é o equilíbrio entre saúde ambiental, saúde social e saúde econômica, visando suprir as necessidades sem comprometer o futuro das próximas gerações, com os seguintes objetivos:

- a) Atender os pacientes com dignidade respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço, cumprindo com os preceitos éticos e morais estabelecidos pelos conselhos de classe dos profissionais que atuam no objeto do presente projeto;
- b) Recolocar os valores da cidadania, concomitantemente, à construção de direitos e responsabilidades pelos diferentes fatores sociais, sejam eles governamentais ou não;
- c) Ser verdadeiramente comprometidos com o processo de desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, sempre objetivando a melhoria da qualidade devida da população;
- d) Capacitar profissionais tendo como referência uma nova mentalidade de gestão, que seja preventiva e interativa em urgências, com intuito de incorporar e preservar saberes derivados de experiências e vivências tradicionais;
- e) Reconhecer, no processo de descentralização, o fortalecimento do poder local, enquanto espaço para gerir e integrar as políticas públicas;
- f) Apoiar o município e as comunidades com a metodologia da construção de indicadores que reflitam os diferentes paradigmas de desenvolvimento na formulação, monitoramento e avaliação;

- g) Prestar um atendimento com resolutividade e responsabilidade, orientando, quando for o caso, o paciente e a família relação a outros serviços de saúde;
- h) Zelar pela qualidade das ações e do pessoal contratado que se encontrarem-se em efetivo exercício em consonância as orientações emanadas do parceiro;
- i) Estimular o consumo consciente e atuar com excelência operacional;
- j) Atuar com ética e transparência, desenvolvendo os serviços assistenciais para a qualidade de vida de nossos pacientes.

8- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses , iniciando-se a partir de **01/11/2024 e encerrando-se em 31/10/2025**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos do SUS/Conselheiro Lafaiete.

9- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal, excetuando o valor dos serviços médicos, exames laboratoriais, que também serão faturados como parcela variável, de acordo com a produção.

VALORES MENSAIS ESTIMADOS	
PARCELA FIXA - 2/3 DO VALOR FIXO ESTIMADO MENSAL	R\$ 859.001,03
PARCELA VARIÁVEL - 1/3 DO VALOR FIXO ESTIMADO MENSAL	R\$ 429.500,52
SERVIÇOS MÉDICOS	R\$ 531.150,00
SERVIÇOS LABORATÓRIO	R\$ 107.362,26
VALOR ÚNICO - ESTIMADO	R\$ 224.700,00

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 30 (trinta) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa , de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;
2. No tocante à parte variável, esta será quitada em 03 (três) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o dia 10 (dez) mês subsequente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior. A segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando o serviços médicos, que deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês subsequente. Já a terceira correspondente ao serviço de laboratório, que deverá pago 50% (cinquenta por cento) do valor estimado mensal junto a parcela fixa, e os outros 50%, deverá ser quitada até o dia 15 (quinze) do mês subsequente de



acordo com a apuração da produção mensal;

3. O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;

4. O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação na demonstração de execução mensal;

5. O valor da terceira parcela variável, referente à produção laboratorial, será apurado através de relatório de produção mensal, atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;

6. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;

7. O desconto previsto no item 4 será aplicado à partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar a **CONTRATADA** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. O **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 10 (dez) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do **CONTRATANTE** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete;

§ 3º – O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**;

§ 4º – Do valor mensal indicado neste instrumento, o percentual de 5% do total refere-se à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão da **CONTRATADA**;

§ 5º – Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas, exames laboratoriais, serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e de relatório de produção de exames laboratoriais, atestados pelo município;

8. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para

assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

10- DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ESTIMADO			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE/ MÊS	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.	12 MESES	R\$ 1.927.013,81	R\$ 23.124.165,72
ESTIMATIVA DE SALDOS E PARCELA ÚNICA	1	PARCELA UNICA	R\$ 224.700,00



Sede administrativa
Rua das Orquídeas, 489, B. Flor de Minas
São Joaquim de Bicas / MG - CEP 32920-000

Hospital ICISMEP 272 Joias
Rua Maurício Guimarães, 420, B. Madre Liliâne
Igarapé / MG - CEP 32900-000



www.icismep.mg.gov.br



(31) 2571-3626

ANEXO I INDICADORES DE QUALIDADE

Item	Indicador	Método de aferição	Meta física	Unidade de medida	Frequência de Aferição	Documentos Comprobatórios	Fonte	Responsável pelo Envio	Fórmula de Cálculo
1	Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)	Percentual de profissionais devidamente cadastrados CNES da competência	100% dos profissionais ativos	Porcentagem	Mensal	Lista nominal dos profissionais ativos no contrato de programa e relatório do CNES	Prestador de serviço e relatório de equipe do CNES	Prestador e/ou município	Nº total de profissionais ativos no contrato de programa _____ X 100 Nº total de profissionais cadastrados no CNES
2	Taxa de evasão dos pacientes	Proporção de pacientes evadidos anterior a consulta médica no serviço de urgência e emergência	≤ 10% de taxa de evasão	Percentual	Mensal	Relatório de pacientes recepcionados e relatório de pacientes com atendimento médico	Sistema de prontuário eletrônico utilizado	Prestador e/ou município	Nº total de pacientes recepcionados - (Número total de pacientes com atendimento médico + pacientes classificados de branco) _____ X 100 Nº total de pacientes recepcionados
3	Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8)	Tempo de espera para a classificação de risco	90% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que 10 minutos após a recepção e/ou senha	Percentual	Mensal	Relatório do número de pacientes classificados e Relatório de número de pacientes recepcionados do sistema de prontuário eletrônico da UPA 24 horas	Sistema de prontuário eletrônico utilizado	Prestador e/ou município	Nº total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos _____ X 100 Nº total de pacientes atendidos
4	Tempo de espera para classificação de risco	Proporção de pacientes com de tempo de espera para classificação de risco igual ou menor que 10 minutos	70% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que 10 minutos	Percentual	Mensal	Relatório do sistema de prontuário eletrônico de tempo de espera dos recepcionados para triagem	Sistema de prontuário eletrônico utilizado	Prestador e/ou município	Nº total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos _____ X 100
5	Atendimento	Número total de	6.750 atendimentos	Número	Mensal	Relatório do sistema de	Sistema de	Prestador e/ou	Nº total de pacientes atendidos

	médico em unidade de urgência e emergência	atendimento médico realizado em unidade de urgência e emergência	por mês	Absoluto		prontuário eletrônico utilizado contendo número de atendimento médico ou relatório do SIA com o quantitativo do código 03.01.06.009-6	prontuário eletrônico utilizado e SIA	município	Somatório das consultas médicas
6	Tempo de espera pra coleta de exames laboratoriais	Percentual de coletas de exames laboratoriais com tempo ≤ a 30 minutos nos atendimentos de urgência e emergência	70% dos exames laboratoriais com coleta de material sendo ≤ que 30 minutos	Porcentagem	Mensal	Relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo o tempo para coleta dos exames laboratoriais e relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo todos os exames realizados	Sistema laboratorial utilizado	Prestador e/ou município	Número de coletas realizadas em tempo ≤ 30 minutos ____x100 Número total de coletas realizadas
7	Auditoria nos carrinhos de emergência	Número de auditorias e conferências realizadas nos carrinhos de emergência para identificação de não conformidades no serviço de urgência e emergência	01 auditoria ao mês por carrinho	Número Absoluto	Mensal	Check list do carrinho contendo: nome das medicações e suas respectivas datas de validade, quantidade de cada item, se a embalagem esta intacta ou com violação, se o carrinho contém lacre. Documento assinado e carimbado por quem realizou a conferência, com data e hora.	Check list carimbado e assinado pelo profissional responsável pela conferência	Prestador	Número de check list do carrinho de emergência carimbados ____x100 Número total de carrinhos de emergência na unidade de urgência

ANEXO II
INDICADORES ASSISTENCIAIS

Item	Indicador	Método de aferição	Meta física	Unidade de medida	Frequência de Aferição	Documentos Comprobatórios	Fonte	Responsável pelo Envio	Fórmula de Cálculo
8	Educação Permanente	Realizar no mínimo 01 capacitação mensal para a equipe assistencial	01	Número absoluto	Mensal	Programação anual de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião.	Prestador de serviço ou Município	Prestador de serviço ou Município	Programação mensal de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião.
9	Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos)	Manter ativo leitos de observação e leitos de sala de urgência	100%	Percentual	Mensal	Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e reatário mensal	Prestador	Prestador	Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e reatário mensal
10	Escalas médicas completas	Proporção de cobertura médica 24 horas no serviço de urgência e emergência	100% do quadro de equipe médica preenchido	Percentual	Mensal	Envio da escala mensal pelo prestador em validação (atesto da coordenação do município)	Prestador e município	Prestador	$\frac{\text{Número total de médicos contratados ou plantões realizados}}{100} \times$ Número total de plantões necessário para cobertura de 24 horas



QUADRO DE PONTUAÇÕES

Item	Indicador	Pontuação
1	Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)	10
2	Taxa de evasão dos pacientes	10
3	Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8)	10
4	Tempo de espera para classificação de risco	10
5	Atendimento médico em unidade de urgência e emergência	10
6	Tempo de espera pra coleta de exames laboratoriais	10
7	Auditoria nos carrinhos de emergência	10
8	Educação Permanente	10
9	Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos)	10
10	Escalas médicas completas	10
TOTAL		100

A pontuação mensal será apurada a partir do somatório da pontuação, em percentual, dos itens 1 a 10 (totalizando 100 pontos).

- Se o somatório final for entre 80% e 100% - O repasse será integral ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse ao mês de referência.

ANEXO II
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL FIXO

1. RECURSOS HUMANOS	VALOR MENSAL ESTIMADO
1.1. SALÁRIOS, ENCARGOS, BENEFÍCIOS, UNIFORME, EPI, PPRA E PCMSO	R\$792.267,99
TOTAL DO ITEM	R\$792.267,99
2. MATERIAL/MEDICAMENTOS	
2.1. MATERIAL MÉDICO	R\$61.052,63
2.2. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA	R\$83.157,89
TOTAL DO ITEM	R\$144.210,52
3. MATERIAL/GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
3.1. ALIMENTAÇÃO (CAFÉ, LEITE, PÃO, ALMOÇO E JANTAR)	R\$145.020,00
TOTAL DO ITEM	R\$145.020,00
4. OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	
4.1. HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS	R\$24.105,26
4.2. MATERIAL DE ESCRITÓRIO E GRÁFICA	R\$8.750,00
4.3. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO PARA COLABORADORES EFETIVOS	R\$10.078,93
TOTAL DO ITEM	R\$42.934,19
5. MATERIAL DE MANUTENÇÃO	
5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (AR-CONDICIONADO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS)	R\$6.947,37
5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GERADOR	R\$2.107,87
5.3. MANUTENÇÃO PREDIAL (PEQUENOS REPAROS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA)	R\$1.263,16
TOTAL DO ITEM	R\$10.318,40
6. DEMAIS DESPESAS E SERVIÇOS	
6.1. SERVIÇO DE LAVANDERIA (LOCAÇÃO E LAVAGEM DE ENXOVAL)	R\$36.842,10
6.2. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (15 IMPRESSORAS)	R\$2.368,42
6.3. ENGENHARIA CLÍNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS)	R\$11.894,73
6.4. SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA	R\$ 29.473,68
TOTAL DO ITEM	R\$80.578,93
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO	R\$73.171,52
VALOR TOTAL FIXO ESTIMADO MENSAL	R\$1.288.501,55

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL VARIÁVEL

PLANTÕES MÉDICOS			
DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADO MENSAL	VALOR DO PLANTÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
MÉDICO CLÍNICO GERAL — PLANTÃO DIURNO/NOTURNO	235	R\$1.970,00	R\$ 462.950,00
MÉDICO CIRURGIÃO GERAL PLANTÃO DIURNO	31	R\$2.200,00	R\$68.200,00
VALOR ESTIMADO MENSAL - PLANTÕES MÉDICOS			R\$ 531.150,00

EXAMES LABORATORIAIS			
EXAME	QUANTITATIVO ESTIMADO MENSAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL ESTIMADO
DOSAGEM DE AMILASE	148	R\$ 3,79	R\$ 560,92
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	6	R\$ 7,08	R\$ 42,48
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG,BETA HCG)	92	R\$ 13,23	R\$ 1.217,16
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	249	R\$ 3,39	R\$ 844,11
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	229	R\$ 6,20	R\$ 1.419,80
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	310	R\$ 6,94	R\$ 2.151,40
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	792	R\$ 9,72	R\$ 7.698,24
DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	792	R\$ 4,60	R\$ 3.643,20
DOSAGEM DE CREATININA	1421	R\$ 3,12	R\$ 4.433,52
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	923	R\$ 6,24	R\$ 5.759,52
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	451	R\$ 3,39	R\$ 1.528,89
DOSAGEM DE GAMA- GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	601	R\$ 5,92	R\$ 3.557,92
DOSAGEM DE GLICOSE	167	R\$ 3,12	R\$ 521,04
BACTERIOSCOPIA (GRAM)	768	R\$ 4,72	R\$ 3.624,96
HEMOGRAMA COMPLETO	1914	R\$ 6,93	R\$ 13.264,02
DOSAGEM DE CLORETO	167	R\$ 3,12	R\$ 521,04
DOSAGEM DE LACTATO	152	R\$ 6,20	R\$ 942,40
DOSAGEM DE LIPASE	185	R\$ 3,79	R\$ 701,15
DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	1380	R\$ 15,59	R\$ 21.514,20
CONTAGEM DE PLAQUETAS	37	R\$ 4,60	R\$ 170,20
DOSAGEM DE POTASSIO	897	R\$ 3,12	R\$ 2.798,64
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	16	R\$ 3,12	R\$ 49,92
DOSAGEM DE SODIO	919	R\$ 3,12	R\$ 2.867,28
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	1012	R\$ 3,39	R\$ 3.430,68
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	1007	R\$ 3,39	R\$ 3.413,73
DOSAGEM DE TROPONINA	424	R\$ 15,17	R\$ 6.432,08
DOSAGEM DE UREIA	1335	R\$ 3,12	R\$ 4.165,20
DOSAGEM DE ALBUMINA	156	R\$ 8,76	R\$ 1.366,56
D-DIMERO	89	R\$ 98,00	R\$ 8.722,00
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL VARIÁVEL - EXAMES LABORATORIAIS			R\$ 107.362,26
VALOR ESTIMADO MENSAL (FIXO E VARIÁVEL)			R\$ 1.927.013,81



ESTIMATIVA DE PARCELA ÚNICA
DESPESA – PARCELA ÚNICA E SALDOS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANT. ESTIMADO	VALOR TOTAL UNITÁRIO
IDENTIFICAÇÃO VISUAL (PLOTAGEM, SENDO R\$ 90,00 O m²).	R\$ 50.000,00	1	R\$ 50.000,00
SISTEMA DE SEGURANÇA – COM 16 CÂMARAS DE SEGURANÇA IP INTEBRAS – INCLUSO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO, TÉCNICO POR 12 MESES – GARANTIA DE 12 MESES	R\$ 19.200,00	1	R\$ 19.200,00
AQUISIÇÃO DE CAMAS HOSPITALARES TIPO FAWLER MECÂNICA – ARTICULÁVEL ADULTO	R\$ 5.825,00	20	R\$ 116.500,00
AQUISIÇÃO DE ITENS PERMANENTES (CONFORME PRÉVIA SOLICITAÇÃO)	R\$ 39.000,00	1	R\$ 39.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARCELA ÚNICA			R\$ 224.700,00
VALOR MENSAL + PARCELA ÚNICA			R\$ 2.151.713,81

DETALHAMENTO DE RH

CARGO	QTD. TRAB.	JORNADA	ESCALA	SALÁRIO BASE	CUSTO MENSAL (ENCARGOS + BENEFÍCIOS)
ATENDENTE DE FARMÁCIA	4	12X36	DIA	R\$1.799,00	R\$13.985,85
ATENDENTE DE FARMÁCIA	2	12X36	NOTURNO	R\$1.799,00	R\$7.681,14
AUX. DE LABORATÓRIO	2	12X36	DIURNO	R\$1.799,00	R\$8.026,64
AUX. DE LABORATÓRIO	2	12X36	NOTURNO	R\$1.799,00	R\$9.015,97
AUX. SERV.GERAIS	12	12X36	DIURNO	R\$1.415,00	R\$46.232,30
AUX. SERV.GERAIS	8	12X36	NOTURNO	R\$1.415,00	R\$32.986,83
AUX. ADMINISTRATIVO	6	40H/SEM	DIURNO	R\$2.454,97	R\$27.175,49
AUX. DE ROUPARIA	1	40H/SEM	DIURNO	R\$1.415,00	R\$3.886,65
AUXILIAR DE TI	1	40H/SEM	DIURNO	R\$1.800,00	R\$3.591,85
BIOMÉDICO/BIOQUÍMICO RT	1	40H/SEM	DIRUNO	R\$4.000,00	R\$7.163,46
BIOMÉDICO/BIOMÉDICO	2	12X36	DIRUNO	R\$3.300,00	R\$12.135,28
BIOMÉDICO/BIOMÉDICO	2	12X36	NOTURNO	R\$3.300,00	R\$13.397,73
COORDENADOR DE PROJETO	1	40H/SEM	DIURNO	R\$7.000,00	R\$11.167,65
ENFERMEIRA (O) ADM	7	24H/SEM	DIURNO	R\$4.364,40	R\$53.563,65
ENFERMEIRA (O)	23	24H/SEM	DIURNO/NOTURNO	R\$4.364,40	R\$191.300,01
FISIOTERAPEUTA	5	24H/SEM	DIURNO	R\$4.364,40	R\$36.145,19
JARDINEIRO	1	40H/SEM	DIRUNO	R\$1.415,00	R\$3.886,65
MAQUEIRO	2	12X36	DIURNO	R\$1.415,00	R\$5.893,75
MOTORISTA	3	12X36	DIURNO	R\$1.610,01	R\$9.677,93
MOTORISTA	2	12X36	NOTURNO	R\$1.610,01	R\$7.067,89
NUTRICIONISTA	1	40H/SEM	DIURNO	R\$4.364,40	R\$7.262,08
RECEPCIONISTA	4	12X36	DIURNO	R\$1.863,00	R\$16.043,88
RECEPCIONISTA	4	12X36	NOTURNO	R\$1.863,00	R\$17.469,28
SUPERVISOR DE RH	1	40H/SEM	DIURNO	R\$4.000,00	R\$6.740,55
TEC. DE ENFERMAGEM	45	30H/SEM	DIURNO	R\$2.267,05	R\$206.516,62
TEC. DE SEGURANÇA DO TRABALHO	1	40H/SEM	DIRUNO	R\$3.000,00	R\$5.309,30
TÉCNICO (A) PGRSS	1	40H/SEM	DIURNO	R\$3.000,00	R\$5.309,30
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	4	12X36	DIURNO	R\$2.454,99	R\$17.741,32
VIGIA	2	12X36	DIURNO	R\$1.415,00	R\$5.893,75
VALOR ESTIMADO MENSAL - RECURSOS HUMANOS COM ENCARGOS					R\$792.267,99

12 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do contratante, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas do Município, na forma deste documento.

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 22 de outubro 2024.

Assinatura do Contratante

13 - APROVAÇÃO DO CONTRATANTE

Aprovado.

Conselheiro Lafaiete, 22 de outubro 2024.

Assinatura do Contratante



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



**INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA
- ICISMEP -**

**15ª ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO CONTRATO DE
CONSÓRCIO PÚBLICO DA INSTITUIÇÃO DE
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO
PARAÓPEBA - ICISMEP.**

São signatários do presente instrumento:

1 - o **Município de Betim**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.391/0001-96, com sede administrativa na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasileia, Betim, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Vittorio Medioli**, inscrito no CPF sob o nº 253.590.966-91;

2 - o **Município de Bom Despacho**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.002/0001-86, com sede administrativa na Praça Irmã Albuquerque, nº 45, Bairro Centro, Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Fernando José Castro Cabral**, inscrito no CPF sob o nº 124.366.666-87;

3 - o **Município de Bonfim**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.363.945/0001-33, com sede administrativa na Avenida Governador Benedito Valadares, nº 170, Bairro Centro, Bonfim, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Gustavo Marques Ribeiro**, inscrito no CPF sob o nº 003.905.896-40;

4 - o **Município de Brumadinho**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.363.929/0001-40, com sede administrativa na Rua Doutor Victor de Freitas, nº 28, bairro Centro, Brumadinho, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Avimar de Melo Barcelos**, inscrito no CPF sob o nº 892.393.506-91;



INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL - IPEDEB
- TIPOGRAFIA -

1. ATRIBUIÇÃO DE TAREFAS AO CORPO DE
TÉCNICO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
- TIPOGRAFIA -

As atribuições de cada um dos membros do

Município de São Paulo, no âmbito da
Administração Municipal, são as seguintes:
1. O Prefeito Municipal, no âmbito da
Administração Municipal, é o chefe do
Poder Executivo e representa o Município
em todas as relações internacionais.

2. O Vice-Prefeito Municipal, no âmbito da
Administração Municipal, é o chefe do
Poder Executivo e representa o Município
em todas as relações internacionais.

3. O Secretário Municipal, no âmbito da
Administração Municipal, é o chefe do
Poder Executivo e representa o Município
em todas as relações internacionais.

4. O Chefe de Gabinete, no âmbito da
Administração Municipal, é o chefe do
Poder Executivo e representa o Município
em todas as relações internacionais.



5 - o **Município de Carmópolis de Minas**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.312.983/0001-67, com sede administrativa na Rua Coração de Jesus, nº 170, Bairro Centro, Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Geraldo Antônio da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 345.278.856-34;

6 - o **Município de Cláudio**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.308.775/0001-94, com sede administrativa na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 152, Bairro Centro, Cláudio, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **José Rodrigues Barroso de Araújo**, inscrito no CPF sob o nº 646.274.548-72;

7 - o **Município de Conceição do Pará**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.315.200/0001-07, com sede administrativa na Praça Januário Valério, s/nº, Bairro Centro, Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Procópio Celso de Freitas**, inscrito no CPF sob o nº 083.027.906-72;

8 - o **Município de Contagem**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.508/0001-31, com sede administrativa na Praça Tancredo Neves, nº 200, Bairro Camilo Alves, Contagem, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Alexis José Ferreira de Freitas**, inscrito no CPF sob o nº 937.500.726-04;

9 - o **Município de Crucilândia**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.313.007/0001-29, com sede administrativa na Avenida Ernesto da Cunha, nº 67, Bairro Centro, Crucilândia, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Ilaerson Ferreira de Souza**, inscrito no CPF sob o nº 740.236.836-04;

10 - o **Município de Esmeraldas**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.466/0001-39, com sede administrativa na Rua dos Expedicionários, nº 9, Bairro Centro, Esmeraldas, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Márcio Antônio Belém**, inscrito no CPF sob o nº 087.418.086-49;

11 - o **Município de Estrela do Indaiá**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.028/0001-24, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 219, Bairro Centro, Estrela do Indaiá, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Hugo Geraldo Lopes**, inscrito no CPF sob o nº 012.320.546-82;

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...



12 - o **Município de Formiga**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.784.720/0001-21, com sede administrativa na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Bairro Centro, Formiga, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Eugênio Vilela Júnior**, inscrito no CPF sob o nº 799.185.496-53;

13 - o **Município de Florestal**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.313.833/0001-78, com sede administrativa na Rua Benedito Valadares, nº 243, Bairro Centro, Florestal, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Otoni Alves de Oliveira Melo**, inscrito no CPF sob o nº 274.270.726-34;

14 - o **Município de Ibitaré**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.90/0001-78, com sede administrativa na Rua Arthur Campos, nº 906, Bairro Alvorada, Ibitaré, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **William Parreira Duarte**, inscrito no CPF sob o nº 847.883.566-00;

15 - o **Município de Igarapé**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.474/0001-85, com sede administrativa na Avenida Governador Valadares, nº 325, Bairro Centro, Igarapé, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Carlos Alberto da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 538.406.746-20;

16 - o **Município de Igaratinga**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, com sede administrativa na Praça Manoel de Assis, nº 272, Bairro Centro, Igaratinga, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Renato de Faria Guimarães**, inscrito no CPF sob o nº 038.587.786-21;

17 - o **Município de Itabirito**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.307.835/0001-54, com sede administrativa na Avenida Queiroz Júnior, nº 635, Bairro Praia, Itabirito, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Alexander Silva Salvador de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 377.935.786-00;

18 - o **Município de Itaguara**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.313.015/0001-75, com sede administrativa na Rua Padre Gregório do Couto, nº 187, Bairro Centro, Itaguara, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Geraldo Donizete de Lima**, inscrito no CPF sob o nº 374.446.466-00;



... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ...